



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – RJ.**  
**Assessoria Jurídica**

**PARECER ASSESSORIA JURÍDICA DA CMS**

**PROJETO DE LEI Nº 090 de 2025**

**AUTORIA: VEREADOR UEVERTON SIQUEIRA DA SILVA (HEBER KILINHO)**

**PARECER PELA REPROVAÇÃO**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto ora em análise, de autoria do Ilustre Vereador **UEVERTON SIQUEIRA DA SILVA (HEBER KILINHO)**, que dispõe sobre a regularização de igrejas e templos religiosos no Município de Saquarema e concede isenção de taxas municipais para templos regularizados e dá outras providências.

**II – DA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI**

Iniciando a análise e emissão de parecer do referido Projeto de Lei, conclui está Assessoria que a proposição apresentada, *se trata de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo*.

De acordo com jurisprudência do STF, o projeto traz em seu conteúdo matéria reservada à proposição através de lei complementar, conforme disposto na Constituição, não podem ser tratadas por lei ordinária, sob pena de inconstitucionalidade.

É preciso analisar a viabilidade dentro das leis do próprio município, já que a Constituição Federal concede imunidade tributária sobre patrimônio, renda e serviços.

O Projeto expressa as taxas que deseja isentar, que são as seguintes:

- **TAXAS DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO**
- **TAXA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES**
- **TAXA DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DE INCÊNDIO**
- **TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES E CERTIFICADOS DE REGULARIDADE**
- **OUTRAS TAXAS CORRELATAS, CONFORME REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA**

A Constituição Federal já prevê a imunidade tributária para templos de qualquer culto, como destacamos acima, contudo, a isenção de taxas de licenciamento e inspeção não se enquadram diretamente nessa imunidade.

Não obstante, a Lei Orgânica do Município detalha em seu artigo 34, que é de competência do Poder Executivo a propositura de projetos que tratem de anistia, isenção e remissões, ou seja, que tratam de regimes tributários especiais, razão pela qual resta evidenciado no projeto de lei apresentado o vício de iniciativa, vejamos:



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – RJ.**  
**Assessoria Jurídica**

**Das Atribuições da Câmara Municipal**

**Art. 34 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:**

**I - autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas;**

Frisamos que a Câmara apenas autoriza isenções e anistias; estes temas são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Assim sendo, lei de iniciativa do Poder Legislativo, que deseja a regularização de igrejas e templos religiosos no Município de Saquarema e concede isenção de taxas municipais para templos regularizados e dá outras providências é afeta ao Poder Executivo, vedado, portanto, ao Poder Legislativo editar o referido ato normativo, por ser ele, à evidência, ato de gestão, inserido na esfera do poder discricionário do prefeito municipal, ***fere os princípios da simetria, da independência e da harmonia dos Poderes, consagrados na Constituição Federal e de nosso Estado.***

Destacamos também que a proposição caracteriza renúncia de receita, vez que obriga o gestor público a conceder a isenção de taxas municipais para templos regularizados, deixando o Governo de arrecadar parte com as taxas ou contribuições que deveria receber.

Válido pontuar que no Projeto de Lei não resta caracterizado o "interesse público", não foi comprovado que determinada ação ou decisão nele contida beneficia a coletividade, a sociedade como um todo; pelo contrário, os benefícios são destinados apenas a um determinado grupo.

Este entendimento é crucial em direito administrativo, onde a administração pública precisa justificar suas ações com base no bem comum, seguindo os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Importante trazer à baila que a LOMS, em seu Art. 13º assevera que:

**Art. 13º - Ao Município é vedado:**

**VI - outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;**



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – RJ.**  
**Assessoria Jurídica**

A proposição apresentada pelo Ilustre Edil tem vício de iniciativa por violar o princípio da separação dos poderes, nos termos dos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, 'a', da Constituição Federal, aplicáveis aos municípios.

*Sendo assim*, deve ser aplicado o princípio da reserva de iniciativa prevista no art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal, aplicados simetricamente aos Municípios, vez que o projeto de lei invade a esfera de competência do Poder Executivo.

**III – VOTO**

Assim, pelas razões acima expostas, presentes vícios que maculam a referida proposta legislativa, esta Assessoria emite parecer **DESAVORÁVEL** ao referido Projeto de Lei, sugerimos a apresentação de uma indicação legislativa.

**ESSE PARECER NÃO É VINCULANTE, CABENDO A COMISSÃO DECIDIR ACERCA DA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO.**

É o parecer.

Saquarema, 19 de agosto de 2025.

  
**MARCELO ANDRADE SILVA**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**MAT. 591-4**



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – RJ.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO Nº 090 de 2025

AUTORIA: VEREADOR (A) Heber kilinho

**PARECER**

Nós, Vereadores Membros da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, corroboramos o entendimento da Assessoria Jurídica, e desta forma, nosso parecer é pela **REPROVAÇÃO** da presente proposição, razão pela qual sugerimos que o proponente faça uma indicação parlamentar.

Plenário Carlos Campos da Silveira, 21 de agosto de 2025

**WELINGTON ESTEVÃO DA SILVA**  
Vereador – Presidente

**EVANILDO FERREIRA DA SILVA**  
Vereador

**PAULO RENATO TEIXEIRA RIBEIRO**  
Vereador